

RECURSO ESPECIAL Nº 1.863.304 - PR (2020/0043338-7)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : JESSICA CARLA ALAMON
ADVOGADOS : WALBER PYDD - PR034095
VIVIANE MIRANDA - PR047361
RECORRIDO : BANCO ITAUCARD S.A.
ADVOGADOS : MÁRCIO AYRES DE OLIVEIRA - PR032504
ANDRÉA HERTEL MALUCELLI - PR031408
EDUARDO JOSE FUMIS FARIA - PR037102
PRISCILA MORENO DOS SANTOS - PR070981

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 263, e-STJ):

AÇÃO REVISIONAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DESNECESSÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS NÃO ABUSIVOS. JUROS CAPITALIZADOS. POSSIBILIDADE. TARIFA DE CADASTRO. ADMISSIBILIDADE. TARIFAS DE REGISTRO E AVALIAÇÃO DE BENS. ADMISSIBILIDADE. RESTITUIÇÃO DA PARCELA DO IOF QUE TEVE COMO BASE AS TARIFAS BANCÁRIAS ILEGAIS. POSSIBILIDADE. RESTITUIÇÃO EM DOBRO.IMPOSSIBILIDADE. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 293/297, e-STJ).

Em suas razões, a recorrente alega violação aos arts. 6º, III, 51, VI, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta a impossibilidade de cobrança mensal e anual de juros remuneratórios de forma capitalizada. Afirma que o banco não informou, de forma expressa, sobre a referida cobrança no contrato.

Impugna, também, a cobrança da tarifa de cadastro, sob o fundamento de ser abusiva.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 329/331, e-STJ.

O recurso foi admitido na origem, nos termos da decisão de fl. 372, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568 desta Corte dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

No julgamento do Recurso Especial 973.827/RS, sob o regime dos recursos repetitivos, a Segunda Seção desta Corte consolidou o entendimento de que “é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada” (REsp 973.827/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/8/2012, DJe 24/9/2012).

Consignou-se, nesse mesmo julgado, que “a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada”.

A Corte estadual, com base na análise das cláusulas contratuais, dos fatos e das provas produzidas, concluiu que houve, no caso dos autos, a pactuação da capitalização de juros (fl. 270, e-STJ):

2.3. Juros Capitalizados

No contrato de fls. 16 e seguintes prevê-se duas taxas de juros, uma mensal e outra a anual (1,95% e 26,08% respectivamente). De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (REsp. 973.827- RS), a estipulação de duas taxas de juros, sendo a anual superior ao duodécuplo da mensal, implica em capitalização de juros e, se expresse, na sua pactuação:

(...)

Desse modo, existindo cláusula prevendo de clara e expressa a capitalização composta de juros, esta deve ser mantida, não merecendo provimento o apelo neste ponto.

A alteração dessa premissa esbarraria nas Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça, pois dependente da interpretação de cláusulas contratuais e do reexame de provas, procedimentos vedados em sede de recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - DECISÃO MONOCRÁTICA DO PRESIDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO APELO EXTREMO. INSURGÊNCIA DA REQUERIDA.

1. A revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre inexistir qualquer pactuação de capitalização de juros no contrato sub judice, medida impossível pela via estreita do recurso especial. Incidência das Súmulas 5 e 7/STJ.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 644.126/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 1/2/2019)

Incidente, também, o óbice da Súmula 83/STJ.

Nada a reformar, igualmente, quanto à taxa impugnada. Senão, vejamos.

A Corte estadual reputou válida a cobrança da tarifa de cadastro, como se nota da leitura dos seguintes excertos (fls. 270/272, e-STJ):

2.4. Tarifas

a) Em relação à tarifa de cadastro (R\$ 690,00), o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é de que é permitida a sua cobrança, tendo em vista que remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao início de relacionamento decorrente de abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente". (REsp 1.251.331/RS)

(...)

Dessa forma, a sentença deve ser mantida nesse ponto para permitir a cobrança da tarifa de cadastro.

Essa conclusão está em harmonia com a jurisprudência deste Tribunal. A propósito, cito o seguinte julgado:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL.

CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DIVERGÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. RECURSOS REPETITIVOS. CPC, ART. 543-C. TARIFAS ADMINISTRATIVAS PARA ABERTURA DE CRÉDITO (TAC), E EMISSÃO DE CARNÊ (TEC). EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. MÚTUO ACESSÓRIO PARA PAGAMENTO PARCELADO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (IOF). POSSIBILIDADE.

1. "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" (2ª Seção, REsp 973.827/RS, julgado na forma do art.

543-C do CPC, acórdão de minha relatoria, DJe de 24.9.2012).

2. Nos termos dos arts. 4º e 9º da Lei 4.595/1964, recebida pela Constituição como lei complementar, compete ao Conselho Monetário Nacional dispor sobre taxa de juros e sobre a remuneração dos serviços bancários, e ao Banco Central do Brasil fazer cumprir as normas expedidas pelo CMN.

3. Ao tempo da Resolução CMN 2.303/1996, a orientação estatal quanto à cobrança de tarifas pelas instituições financeiras era essencialmente não intervencionista, vale dizer, "a regulamentação facultava às instituições financeiras a cobrança pela prestação de quaisquer tipos de serviços, com exceção daqueles que a norma definia como básicos, desde que fossem efetivamente contratados e prestados ao cliente, assim como respeitassem os procedimentos voltados a assegurar a transparência da política de preços adotada pela instituição." 4. Com o início da vigência da Resolução CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pelo Banco Central do Brasil.

5. A Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) e a Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) não foram previstas na Tabela anexa à Circular BACEN 3.371/2007 e atos normativos que a sucederam, de forma que não mais é válida sua pactuação em contratos posteriores a 30.4.2008.

6. A cobrança de tais tarifas (TAC e TEC) é permitida, portanto, se baseada em contratos celebrados até 30.4.2008, ressalvado abuso devidamente comprovado caso a caso, por meio da invocação de parâmetros objetivos de mercado e circunstâncias do caso concreto,

não bastando a mera remissão a conceitos jurídicos abstratos ou à convicção subjetiva do magistrado.

7. Permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao início de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente" (Tabela anexa à vigente Resolução CMN 3.919/2010, com a redação dada pela Resolução 4.021/2011).

8. É lícito aos contratantes convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF) por meio de financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais.

9. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - 1ª Tese: Nos contratos bancários celebrados até 30.4.2008 (fim da vigência da Resolução CMN 2.303/96) era válida a pactuação das tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto.

- 2ª Tese: Com a vigência da Resolução CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pela autoridade monetária. Desde então, não mais tem respaldo legal a contratação da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador. Permanece válida a Tarifa de Cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira.

- 3ª Tese: Podem as partes convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF) por meio de financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais.

10. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1251331/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/8/2013, DJe 24/10/2013)

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. TARIFA DE CADASTRO. LEGALIDADE.

POSSIBILIDADE DE COBRANÇA. REVISÃO. ANÁLISE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. NÃO PROVIMENTO.

1."Permanece válida a Tarifa de Cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira" (Recursos Especiais repetitivos n.

1.251.331/RS e 1.255.573/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, julgados em 28/8/2013, DJe 24/10/2013).

2. Não cabe, em recurso especial, a interpretação de cláusulas contratuais e reexaminar matéria fático-probatória (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1812555/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 9/12/2019)

Incide, mais uma vez, o óbice da Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora